



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



A IMPORTÂNCIA DA AÇÃO EXTENSIONISTA NA PROPAGAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO ÂMBITO ESCOLAR

Luani Leticia¹

Girdenete Lemos²

Adrea Canto³

Resumo: Este trabalho é resultado da experiência vivenciada como bolsista de extensão no Projeto “Akatu na Escola: semente de um mundo melhor”, vinculado ao Programa Infância e Adolescência – PIA da Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal do Pará, cujo objetivo é disseminar a cultura de direito nas escolas com a finalidade de fortalecer nas instituições de ensino os direitos das crianças e dos adolescentes motivando o compartilhamento de saberes entre professores, técnicos alunos e seus pais e/ou responsáveis sobre educação e direitos humanos.

Palavras – chaves: Educação. Direitos Humanos. Crianças e Adolescentes.

1 Graduanda do Curso de Serviço Social- Universidade Federal Do Pará- UFPA

2 Bacharela do Curso de Serviço Social pela Universidade Federal do Pará- UFPA

3 Pedagoga- Universidade Federal do Pará-UFPA

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



1. Introdução

A sociedade brasileira ao longo de sua construção tem presenciado situações envolvendo a violação dos direitos de crianças e adolescentes, mesmo diante da conquista da lei – 8.690 que estabeleceu o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA garantindo a Proteção Integral a esses sujeitos tendo como princípios norteadores os direitos fundamentais à saúde, à vida, à educação, à habitação, ao lazer. Ainda convivemos rotineiramente com relatos de violação desses direitos que se configuram na ausência do cumprimento daquilo que esta estabelecida nas leis brasileiras.

A violação de direitos se apresenta no cotidiano de muitas crianças e adolescentes, seja esta em seu domínio familiar ou social. Guerra, (2008) chama atenção para a ocorrência de diversos tipos de violência contra criança e adolescente tanto no âmbito familiar, como no escolar podendo ocorrer de diversificadas maneiras ocasionando danos na vida das vítimas, como um baixo rendimento escolar ou abandono da escola. Segundo Guerra (2008) a violência praticada contra crianças e adolescentes podem acarretar vários agravantes de cunho físico, psicológico e social na vida desses sujeitos.

O ECA de 1990 em seu Art.4 determina que é dever:

Da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Observamos que apesar das conquistas e avanços na legislação brasileira, no que se referem à proteção dos direitos de crianças e dos adolescentes, ainda vivenciamos a não efetivação dos direitos conquistados tanto no contexto familiar, escolar e na sociedade. Alguns desses direitos refere-se à qualidade do ensino, acesso ao atendimento a saúde, lazer entre outros.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



O Projeto Akatu na escola tem possibilitado ouvir as crianças, adolescentes, famílias, professores entre outros, sobre os problemas que afetam a escola e refletem na aprendizagem e na qualidade de ensino, desrespeitando o direito de ter uma escola de qualidade.

Garantir a continuidade de ações afirmadoras dos direitos da criança e do adolescente tem sido a forma encontrada por vários segmentos dentre ONGS e instituições provedoras de Direitos Humanos, com o objetivo de contribuir no combate ao não cumprimento dos direitos.

A Universidade Federal do Pará, em meio à diversidade existente na Amazônia, tem contribuído por meio dos projetos de extensão e pesquisa no combate a violação de direitos. O Programa Infância e Adolescência em conjunto com A Faculdade de Serviço Social, por meio do Projeto Akatu na Escola: semente de um mundo vem realizando atividades que estimule as discussões acerca dos direitos de crianças e adolescentes. Em 2013 o projeto ampliou suas ações extensionistas para o contexto da comunidade ribeirinha tendo sido escolhida a Unidade Pedagógica da ilha do Combú, para realização das atividades do Projeto. Essa troca de experiências entre a comunidade acadêmica e a ribeirinha têm se constituído em um espaço importante para discussões sobre os direitos humanos na escola, na família sendo um canal que permite a abordagem de vários temas associados aos direitos da infância e juventude.

2. Metodologia e Material

As atividades planejadas acontecem em forma de oficinas sócias pedagógicas relacionadas a partir de uma temática sugerida pela escola e pelas crianças e ou adolescentes, é bom esclarecer que as temáticas estão relacionadas com os direitos estabelecidos nas legislações brasileiras. Essa metodologia é utilizada com o objetivo de possibilitar, especialmente, crianças e adolescentes de falarem, exponha o que pensam, deia sugestão acerca do que é preciso fazer para que os direitos se efetivem na escola, na família, nas relações sociais etc.

A metodologia utilizada no projeto também é uma forma de construir conhecimento

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



aprendizagem, trocar experiências com ênfase na ação, sem perder de vista, porém, a base teórica. “Um tempo e um espaço para aprendizagem; um processo ativo de transformação recíproca entre sujeito e objeto; um caminho com alternativas, com equilíbrios que nos aproximam progressivamente do objeto a conhecer” Cuberes apud Vieira e Volquind (2002, p. 11).

A oficina, como qualquer ação pedagógica, pressupõe planejamento. O planejamento prévio caracteriza-se por ser flexível, ajustando-se às situações-problema apresentadas pelos participantes, a partir de seus contextos reais. Desse modo, as oficinas ocorrem nas instituições com crianças e adolescentes na faixa etária de 09 a 17 anos de idade em alguns momentos foram inseridos jovens de até 20 anos. É importante informar que as oficinas ocorrem em grupos separados. Assim dividimos em três grupos; pais e ou responsáveis, técnicos e professores formam um grupo, o outro é formado pelas crianças, e os adolescentes e jovens formam um terceiro grupo.

A partir de uma negociação que perpassa todos os encontros previstos para a oficina, são propostas tarefas para a resolução de problemas ou dificuldades existentes, incluindo o planejamento de projetos de trabalho, a produção de materiais didáticos, a execução de materiais em sala de aula e a apresentação do produto final dos projetos, seguida de reflexão crítica e avaliação. As técnicas e os procedimentos são bastante variados, incluindo trabalhos em duplas e em grupo para promover a interação entre os participantes, sempre com foco em atividades práticas com a escolha de temas com a temática dos direitos humanos com os grupos de sujeitos entre crianças e adolescentes, famílias, e atores das escolas que fazem parte do Projeto Akatu, uma das metodologias utilizadas é o desenho acompanhado da oralidade, pois de acordo com Gobbi (2005, p. 73),

[...] os desenhos infantis em conjugação à oralidade são formas privilegiadas de expressão da criança. Quando aproximadas, resultam em documentos históricos aos quais podemos recorrer ao necessitarmos saber mais e melhor acerca de seu mundo vivido, imaginado, construído, numa

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

atitude investigativa que procure contemplar a necessidade de conhecer parte da História e de suas histórias segundo seus próprios olhares.

Os desenhos foram utilizados como uma ferramenta de investigação, pois queríamos compreender mais claramente o olhar das crianças sobre as questões que se referem ao direito estabelecidos nas leis brasileiras.

Uma das oficinas desenvolvidas refere-se ao ambiente escolar, assim denominamos como “a escola que temos e a escola que queremos”. As crianças produziram desenhos e falaram sobre a temática que foi discutida dentro do direito a educação de qualidade.

As imagens a seguir representam a oficinas desenvolvidas com as crianças.



Oficina: Direito à educação.

Fonte: Programa Infância e Adolescência, 2015

Na Unidade pedagógica da ilha do Combú. Com o grupo de crianças utilizou-se dos instrumentais: técnicas de escuta, desenho, pintura e teatro sendo estes fundamentais para expor os temas relacionados aos direitos que estão descritos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. A oficina na ilha do Combú tinha como tema “Violência Doméstica: educar não é bater”, tema esse discutido com pais, professores, técnicos, crianças e adolescentes. As imagens abaixo revelam, por meio do desenho e da massa de modelar, algumas situações de violência presenciada e vivida pelas crianças e adolescentes da Ilha do Combú, Belém, Pa.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



Oficina: “Violência Doméstica: educar não é bater”
Fonte: Programa Infância e Adolescência, 2015.

A cada atividade realizada eram sistematizados os dados obtidos nas atividades para análise e elaboração de um relatório. Já com o grupo familiar e técnicos, gestores da escola são utilizados como instrumentos as rodas de conversas, slides, filmes, músicas, dinâmicas de grupo seguidos de debates e discussões com temáticas norteadoras do contexto dos direitos humanos e principalmente no que tange os direitos da criança e do adolescente.

3. Resultados e discussões

Em 2015 foram realizadas quatro atividades na Unidade Pedagógica da ilha do Combú, que abordaram temas como “família; educação e direitos”, essas atividades possibilitaram perceber uma ausência da família das crianças e adolescentes que estudam no Combú no que se refere ao processo de aprendizado de seus filhos.

Algumas familiares justificaram a sua ausência na escola pela falta de tempo em acompanhar os filhos à escola, na maioria dos casos as crianças chegam à escola sozinhas. Com o grupo de crianças e adolescentes foi trabalhada a mesma temática e observou-se nas oficinas que as crianças e adolescentes têm dificuldades de aprendizagem. O fato de os pais não acompanharem o desenvolvimento escolar de seus filhos pode ser percebido nos

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



desenhos e fala de algumas crianças.

Outra temática trabalhada foi “Direitos da Criança e do adolescente”, com o grupo dos pais e técnicos, professores da escola e com o grupo de crianças e adolescentes também. Observa-se que os pais, em sua maioria, desconhecem o Estatuto da Criança e do Adolescente, embora já tenham ouvido falar, nunca viram e desconhecem o seu conteúdo. As crianças e adolescentes disseram já ter ouvido falar em direitos na escola e televisão. Na temática “A escola que tenho/a família que tenho” observou-se com o grupo familiar a insatisfação com o ambiente escolar de seus filhos, quando estes terminam o ensino fundamental e têm que recorrer até os centros urbanos para dá continuidade aos estudos⁴ há muitas dificuldades para continuar estudando seja pela falta de embarcações ou pela insegurança, ou ainda pelos impactos vividos pelos adolescentes.

A “Violência Doméstica: bater não é educar” foi outro tema trabalhado tanto com os pais e/ou responsáveis e professores como com as crianças e adolescentes notou-se no grupo familiar que o assunto abordado trouxe grandes impactos em suas opiniões, pois ainda está presente a ideia que só é possível educar se bater.

Com as crianças e adolescentes este assunto trouxe revelações, algumas crianças quando colocadas para assistir o teatro de bonecos sobre a temática da violência doméstica mostram reação negativa e medo. Sinal este que nos leva a pensar que este fenômeno continua presente no contexto familiar das crianças e adolescentes da região do Combú.

Pela oficina identificou-se a presença da violência doméstica que se materializa nas relações de poder entre adultos e crianças, isso revelado por meio das atividades da oficina e nas falas das crianças e dos adolescentes. A oficina desenvolvida possibilitou reflexões sobre a problemática, bem como dialogou com todos sobre o direito a proteção que crianças e adolescentes deveriam ter.

As atividades realizadas por meio das oficinas sócio pedagógicas alcançaram um público de aproximadamente 140 pessoas entre alunos, pais e/ou responsáveis, professores, técnicos. Entende-se que a participação da comunidade (alunos, professores, técnicos, gestores, família e ou responsáveis das crianças e dos adolescentes) é importante na medida em que possibilitam, por meio das oficinas, dialogar acerca da cultura de direitos, pois só é possível garantir a efetivação dos direitos se conhecermos eles. O projeto “Akatu

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

na Escola: semente de um mundo melhor” traz para a escola das comunidades ribeirinha a possibilidade de formação por meio dos direitos humanos e direitos sociais. Proporcionando às crianças e adolescentes uma apropriação dos direitos garantidos por meio do ECA e da Constituição Federal, bem como, um diálogo acerca da cultura amazônica.

4. Conclusão

Dessa forma, o projeto Akatu na Escola: Semente de um Mundo Melhor, busca contribuir com o processo de discussão de Direitos Humanos dentro do âmbito escolar com foco no fornecimento de elementos que possam estimular e fundamentar a cultura de direitos relacionados a criança, adolescente e suas famílias, bem como, ressaltar a importância de cada um desses sujeitos no processo educacional. Haja vista, que partes desses segmentos desconhecem o seus direitos.

Portanto, o projeto vem oportunizando a partir das atividades extensionistas, uma abrangência para além dos muros da universidade, possibilitando trocas de experiências de um ciclo que não se restringe apenas ao meio acadêmico, mas que busca trabalhar a defesa dos direitos de crianças e adolescentes que por muito anos foram negligenciadas pelo poder público.

Assim, torna-se necessário a discussão deste tema, pois se acredita que o referido campo de conhecimentos tem muito a oferecer na discussão de cuidado e proteção de criança e do adolescente. Considerando-se que os conhecimentos nessa área podem auxiliar na elaboração, discussão e reformulação das metodologias usadas para efetivar as medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

4 A Unidade Pedagógica do Combú está localizada na área rural da cidade de Belém e lamentavelmente as crianças e adolescentes quando terminam o ensino fundamental muitas abandonam a escola, pois precisam se deslocar da rural para o urbano e isso tem gerado muitos conflitos.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



5. Referências

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto da Criança e do Adolescente: promulgada em 13 de julho de 1990. 12. Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

GOBBI, Márcia. Desenho Infantil e Oralidade. In: FARIA, Gularte Ana Lúcia; DERMATINI, Zelia de Brito Fabri; PRADO, Patricia Dias (Org). Por uma cultura da infância: metodologia de pesquisa com criança. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 69-92.

AZEVEDO, Maria Guerra. Infância e violência. São Paulo: Laboratório de Estudos da Criança, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo; 2008.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

